

O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)

[...] je ne voudrais sinon entendre comme il se peut faire que tant d'hommes, tant de bourgs, tant de villes, tant de nations endurent quelquefois un tyran seul, qui n'a puissance que celle qu'ils lui donnent; qui n'a pouvoir de leur nuire, sinon qu'ils ont pouvoir de l'endurer; qui ne saurait leur faire mal aucun, sinon lorsqu'ils aiment mieux le souffrir que lui contredire.

(Étienne de La Boétie, *Discours de la Servitude Volontaire*)

1. INTRODUÇÃO: A INSTALAÇÃO DO ESTADO NOVO

1.1 REPENSAR O SALAZARISMO

A tradição leva-nos a medir o Estado Novo pela sombra de um homem solitário, que — segundo ele próprio — raras vezes saía do seu casulo em São Bento e, no entanto, tudo sabia e tudo mandava no País. Um arremedo do austero Filipe II, governando o mundo a partir dos meandros obscuros do Escorial¹. A própria investigação sociológica sobre o regime tem ido por essa pista, que

¹ A propósito da personalização do Estado Novo em Salazar, ver as análises que nesse sentido fazem do regime Mário Soares, *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os Anos do Fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974, pp. 75-77, e Rolão Preto, entrevistado por João Medina em *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo. A História de Um Conflito (1932-1935)*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1979, p. 184. A fórmula de Rolão Preto merece citação pela sua veemência:

O salazarismo? Era o salazarismo. Era só Salazar, o homem Salazar, o tirano Salazar. A tirania pessoal de Salazar.

O «*charme* discreto» da figura misteriosa do ditador era algo que ultrapassava o âmbito do regime, como se pode ilustrar com a seguinte e significativa confissão de Fernando Abranches Ferrão:

Como expliquei, desde os meus dezoito anos era contra a «Situação», sempre lutei contra Salazar, mas no fundo tinha um respeito inconsciente pela sua figura, porque se impunha a um pecador como eu. Não gostava de mulheres (pelo menos dizia-se), não gostava de dinheiro. A mim fazia-me sentir numa situação de inferioridade, achava-o melhor do que eu. [Cf. «Depoimento do Dr. Abranches Ferrão», in Manuel Beça Múrias (ed.), *Obviamente Demito-o. Retrato de Delgado nas Palavras dos Companheiros de Luta*, Lisboa, Intervoz, s. d., pp. 57-58.]

tanto a propaganda salazarista como o rancor oposicionista deixaram aberta. Estudos recentes acentuaram o aspecto administrativo do regime. O salazarismo significaria essencialmente a fascização do Estado² e a União Nacional não passaria de um partido de funcionários públicos³. Quer a estrutura jurídico-política, quer os costumes governativos do regime, remetiam para a ditadura pessoal do presidente do Conselho⁴.

O Estado Novo tende assim a ser concebido como a conjugação de uma vontade pessoal (a de Oliveira Salazar) e a de um aparelho administrativo (o Estado Português) a pairar sobre uma sociedade que o teria sofrido em silêncio até à manhã de 25 de Abril de 1974. Dos poderosos corpos autónomos – as forças armadas e a igreja católica –, o Estado Novo tem o subtil controlo ou a declarada aprovação. Com a polícia política e a censura apagava a oposição, com o credo anticomunista recolhia o tácito beneplácito das democracias ocidentais. Precisou de mais alguma coisa para durar tantos anos? Foi o próprio Salazar quem, para o fim do seu consulado, confessou que não conseguira convencer os governos da necessidade de «apoio político», nem tornar a UN esse apoio⁵. Parece ser o ditador ele mesmo a ilibar os Portugueses de qualquer responsabilidade na manutenção da tirania. No entanto...

«Rien n'est plus étonnant dans l'histoire qu'un tyran qui meurt dans son lit», escreveu o cavaleiro de Jaucourt no artigo «Tyran» da *Encyclopédie*. Só o tempo e uma desesperada guerra colonial derrotaram enfim a tirania montada por Salazar. A longevidade do regime, algo de duvidoso a princípio, quando o xadrez internacional, que nos colocava sob a influência inglesa, não parecia facilitar a política fascizante⁶, ainda imprevisível nos anos 30, vista a virulência

Sem dúvida que o culto da personalidade devotada e virginal de Salazar era o eixo da liturgia do poder do Estado Novo. Daí o choque que foi para todos – Oposição incluída – a frontalidade de Humberto Delgado em 1958, que deve ser entendida literalmente como uma grande heresia (como salienta Abranches Ferrão no depoimento citado). Mas já antes as virtudes do pai severo tinham sido olhadas satírica e «certeira» por Fernando Pessoa: «Mas enfim é/ Certo e certo/ Que isto consola/ E nos dá fé./ Que o coitadinho/ Do tiraninho/ Não bebe vinho,/ Nem até/ Café» [ver o poema em *Da República (1910-1935)*, ed. de Joel Serrão, Lisboa, Ática, 1979, pp. 349-350].

² Cf. Manuel de Lucena, «Transformações do Estado Português nas suas relações com a sociedade civil», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72-73-74, 1982 pp. 900-901.

³ Cf. Manuel Braga da Cruz, «Notas para uma caracterização política do salazarismo», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72-73-74, 1982, p. 777.

⁴ Id., *ibid.*, pp. 784-790, e Jorge Campinos, *A Ditadura Militar (1926-1933)*, Lisboa, D. Quixote, 1975, pp. 89 e segs.

⁵ Discurso de 18 de Fevereiro de 1965, cit. em *Vida Mundial*, n.º 1625, de 31 de Julho de 1970, p. 3.

⁶ Quem nota este aspecto é Aldo Bizzarri, um comentador italiano da situação portuguesa. Bizzarri chega mesmo a dizer que, quanto à determinação pela relação de forças internacionais, se havia terreno menos propício na Europa à instauração da «ideia autoritária», era Portugal (v. Aldo Bizzarri, *Origine e caratteri dello stato nuovo portoghese*, Milão, Instituto per gli Studi di Politica Internazionale, 1941, p. 27). Apesar de as ditaduras estarem na moda e de a vitória franquista ter sido também a vitória do Estado Novo português, que não pouco fez para isso (ver, neste sentido, a análise da conjuntura internacional, considerada favorável, por Arnaldo Madureira, «Factores externos na consolidação do salazarismo nos anos trinta: derrube da República em Espanha – advento do hitlerismo na Alemanha», in *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, pp. 167-173), apesar de tudo isto, conviria dar atenção à evolução da influência inglesa sobre Portugal desde a República e às relações que com Inglaterra mantiveram a Ditadura e o Estado Novo nos anos 30 e durante a segunda guerra mundial.

da oposição ⁷, e de todo inacreditável em 1945 ⁸, essa longevidade deveria, pelo menos, fazer-nos suspeitar de secretas correspondências entre o Estado salazarista e a sociedade que a ele se conformou durante meio século.

Quando não simplesmente imputado à «repressão», o «conformismo» ao Estado Novo tem sido – nas raras vezes em que o foi – assumido ou pensado de forma dramática, como um aviltamento geral ⁹, ou de forma paradoxal, com um inesperado enfoque em convívências e acomodações que, sem fazerem esquecer a violência policial e censória, revelam contextos socioculturais cuja complexidade ultrapassava tanto o maniqueísmo dos polícias como o dos resistentes ¹⁰. Do lado da historiografia, a dimensão fantasmática do salazarismo, como simples *intermezzo* na história de Portugal, desvanece-se a pouco e pouco. Fernando Medeiros reenquadrou o autoritarismo salazarista na sua conjuntura originária, marcada quer pela viragem estrutural da economia portuguesa depois da crise de 1887-96, quer pela agitação sindical e revolucionária dos anos 20 e 30 ¹¹. Manuel de Lucena quis, por seu lado, encontrar a «modernidade» do Estado Novo. A vitalidade da organização corporativa, lentamente montada, mesmo depois do derrube do regime, em 1974, sugeriu a Lucena a ideia de que o Estado Novo resolvera com certa felicidade aquilo que ele chama o «problema do Estado» nas suas relações com os «corpos sociais intermédios» ¹².

Começamos, enfim, a compreender como o Estado Novo fez parte da sociedade portuguesa, isto é, de nós. Continuamos todavia a definir o regime a partir de uma vontade política, cuja essência extraímos do emaranhado sofisticado dos discursos oficiais ¹³ e de uma prática legislativa cheia de reversos ¹⁴. Lembraria

⁷ Houve revoltas militares contra a Ditadura em 7 de Fevereiro de 1927, 20 de Julho de 1928, 4 de Abril de 1931 (na Madeira) e 26 de Agosto de 1931.

⁸ Ver o que diz Mário Soares, *Portugal Amordaçado*, cit., pp. 89 e segs.

⁹ É Luís Pacheco quem melhor apresenta esse olhar ferozmente irónico-trágico da vida portuguesa sob o salazarismo em escritos como as polémicas e críticas reunidas em *Textos de Circunstância*, Lisboa, Editorial Fronteira, 1977, ou «O caso do pai-chocadeira», in *Exercícios de Estilo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1973, pp. 179-207, e sobretudo a excelente ficção que é «O libertino passeia por Braga, a idolátrica, o seu esplendor», in *Textos Malditos*, Lisboa, Edições Afrodite, pp. 19-48, onde todo um ambiente policial-perverso que era o de Portugal é recriado da maneira mais crua, no sentido de sublinhar a responsabilidade na abjeção sem os álibis morais da resistência.

¹⁰ Ver todos os sobressaltos que na imprensa desencadeou a publicação por José Freire Antunes das *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, Lisboa, D. Quixote, 1985, 2 vols. Ver também as reflexões de Eduardo Lourenço sobre a situação «privilegiada» dos intelectuais oposicionistas – enquanto poder cultural – frente ao poder salazarista desde os anos 40 em «O silêncio dos intelectuais», in *Expresso – A Revista*, de 16 de Março de 1985, pp. 29-31.

¹¹ Ver Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

¹² Ver Manuel de Lucena, *O Estado da Revolução. A Constituição de 1976*, Lisboa, Ed. Jornal «Expresso», 1978, pp. 17 e segs., e também, do mesmo autor, «Uma leitura americana do corporativismo português», in *Análise Social*, vol. xvii, n.º 66, 1981, pp. 415-434.

¹³ É esse esforço notável que Manuel Braga da Cruz desenvolve em «Notas para uma caracterização política do salazarismo», cit.

¹⁴ A ambiguidade de ordem constitucional e jurídica do Estado Novo, em que na Constituição se consagrava um princípio que depois o seu regulamento por decreto-lei

a propósito a sentença de Alexis de Tocqueville sobre a história do Antigo Regime:

Quem quisesse julgar o governo desse tempo utilizando a colecção das suas leis seria arrastado para os erros mais ridículos.

Sem querer entrar na reflexão acerca do significado da legislação, do discurso oficial e da encenação constitucional da ditadura, direi apenas que este não me parece o melhor lado para abordar a questão do sentido do governo do Estado Novo.

Vamos partir aqui da hipótese de que o sistema político-administrativo não funciona só segundo o impulso das directivas centrais, nem tão-pouco a máquina burocrática e o quadro institucional estão isolados, reduzidos a instrumentos de um programa governamental. A interacção entre o centro do sistema e as administrações periféricas e entre estas e o meio social onde actuam determina a aplicação de uma política, o sentido real de um regime. A metafísica concepção do Estado e da sociedade civil como entidades separadas e estanques prejudica inevitavelmente a compreensão de um regime jurídico-político enquanto ele participa da dinâmica do social¹⁵.

Será este o fio que nos vai orientar no labirinto da questão das relações entre o Estado Novo e a sociedade portuguesa. Poderíamos talvez formular o problema inquirindo acerca do que era o Estado Novo visto por baixo, no país interior das aldeias, vilas e pequenas cidades de província, onde vivia a maioria dos Portugueses nos anos 30¹⁶. Perguntar como se adaptou o País ao programa do Governo de Lisboa equivale a perguntar como foi esse programa adaptado ao e pelo País.

1.2 O SECRETÁRIO DE SALAZAR E OS RELATÓRIOS

A publicação, em 1982, pela Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, dos relatórios e dos documentos que o tenente Horácio de Assis Gonçalves, durante os anos 30, enviou periodicamente a Oliveira Salazar veio revelar uma informação preciosa para um primeiro ensaio sobre os problemas que atrás esboçámos¹⁷. Vai-nos ocupar aqui sobretudo a actividade de Assis Gonçalves à frente do Governo Civil do distrito de Vila Real. Durante dez anos, desde 1934, ele teve aí o objectivo de «implantar o Estado Novo nesta zona do território português»¹⁸.

desvirtuava completamente (é o caso das liberdades e garantias dos cidadãos), foi posta em relevo por Francisco Sá Carneiro no discurso de 17 de Junho de 1971, na Assembleia Nacional, durante a discussão do projecto de revisão da Constituição de 1933 (ver esse discurso em *Revisão da Constituição Política. Discursos dos Deputados Subscritores do Projecto Sá Carneiro*, Porto, Figueirinhas, 1971, pp. 29-52).

¹⁵ Ver Pierre Grémion, *Le Pouvoir Périphérique. Bureaucrates et notables dans le système politique français*, Paris, Seuil, 1976.

¹⁶ Sobre a fraca urbanização de Portugal ver Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.^a ed., Lisboa, Arcádia, 1980, pp. 26-44.

¹⁷ Horácio de Assis Gonçalves, *Relatórios para Oliveira Salazar. 1931-1939*, Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1982. Daqui para a frente serão citados apenas por *Rel.* e daremos como referências a data da informação ou documento (entre parênteses) e o número da página.

¹⁸ *Rel.* (1935?), 256.

Os relatórios do governador civil de Vila Real agora conhecidos respeitam ao período de 1934 a 1939, ou principalmente aos anos de 34, 35 e 39. Vários são os motivos que os tornam especialmente valiosos para o nosso fim. Em primeiro lugar, a época e a região. A época é precisamente a da instalação do Estado Novo, ou, interpretando, a da institucionalização, segundo o modelo corporativo-fascista, da ditadura saída da revolta militar de 28 de Maio de 1926¹⁹. Recordemos alguns factos e datas. O regime desembaraçara-se já da influência dos comités de oficiais que tinham agitado os seus primeiros anos; firmara-se entretanto o poder de Salazar (presidente do Conselho desde 1932); estruturava-se a União Nacional (os estatutos são de 1932 e o primeiro congresso de 1934); fizera-se aprovar em plebiscito a nova Constituição (1933); publicara-se o Estatuto do Trabalho Nacional (1933), e tinham-se encenado as eleições para a Assembleia Nacional (1934) e para a Presidência da República (1935). Enfim: a ditadura, com Salazar a timoneiro, ia-se tecendo a conveniente legalidade. A normalização, porém, não era ainda poupada a intermitentes levantamentos militares ou à agitação revolucionária (a greve geral de 1934 nomeadamente) e o que se passava ao pé da porta, em Espanha – os sobressaltos da República e logo a seguir a Guerra Civil e a tensão internacional provocada pelas intervenções estrangeiras –, também não deixava o sono tranquilo aos dignatários da nova ordem estado-novista²⁰.

A condição interior e rural do distrito transmontano de Vila Real e a sua tradição de pobreza e de caciquismo são características que o promovem como região óptima para o estudo do processo de instalação do Estado Novo no Portugal «provinciano».

Além da época e da região, a figura do autor dos relatórios é outro dos elementos de interesse. Horácio de Assis Gonçalves, nascido em 1889 e ainda vivo em 1975, fora um dos tenentes do 28 de Maio. Natural de Vinhais (Bragança), estudante universitário, alferes do CEP na Flandres, são o idealismo e a costela literata que melhor o caracterizam. Ideologicamente próximo do nacional-sindicalismo, permanece pessoalmente ligado a Oliveira Salazar, seu professor em Coimbra e a quem, entre 1930 e 1934, serviu oficialmente como se-

¹⁹ Sobre a ditadura militar e o seu tempo ver Jorge Campinos, *A Ditadura Militar*, cit., pp. 39-68, e A. H. de Oliveira Marques, «The Portuguese 1920's: a general survey», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, Janeiro-Junho de 1978, pp. 87-103. Sobre a emergência da face corporativa e fascista da ditadura militar é interessante a leitura da Mensagem à Grande Dieta, pelo grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, general Norton de Matos, datada de 21 de Março de 1931 (publicada por A. H. de Oliveira Marques em *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, 2.ª ed., Lisboa, D. Quixote, 1983, pp. 193-210). Aí se valoriza a ruptura que os discursos pronunciados na sala do Conselho de Estado em 30 de Julho de 1930 (sobretudo o de Salazar) representaram na orientação da ditadura militar: o objectivo deixara de ser a restauração da normalidade constitucional republicana para passar a ser um modelo de Estado que Norton de Matos, em Março de 1931, já identifica claramente com o do «Estado ditatorial corporativo fascista».

²⁰ Sobre o impacte da Guerra Civil de Espanha (1936-39) em Portugal v. Hermínio Martins, «Portugal», in S. J. Woolf (dir.), *O Fascismo na Europa*, Lisboa, Editora Meridiano, 1978, p. 449, e Iva Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Publicações Europa-América, s. d.; e os testemunhos de Pedro Theotónio Pereira, *Memórias*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1973, vol. 1, p. 283.

Ao visitar as regiões espanholas contíguas, a 24 de Julho de 1934, Assis fica escandalizado com o seu homólogo, o governador de Salamanca, um «discípulo de Azenha», que «enche a boca com a Revolução Francesa e com a Revolução Russa» [Rel. (30 de Julho de 1934), 128]. A vitória de Franco afastou vizinhos tão inquietantes.

cretário e, na realidade, como elemento de ligação com os «soviets» de oficiais da guarnição da capital, nomeadamente com os de caçadores 5, o grande bastião da ditadura. Assis, como lhe chamam abreviadamente, encarna a pureza revolucionária dos «rapazes da Ditadura» e nos escritos memorialísticos que publicará anos depois não esconde a desilusão que para ele foi o Estado Novo, desilusão a que não fará corresponder a oposição activa apenas pela força da amizade e da admiração que o prendiam a Salazar. A inesperadamente longa e insana experiência do Governo Civil de Vila Real (1934-44) foi a sua primeira grande frustração perante a inércia dos velhos mecanismos políticos, os quais, com o cruzadismo que lhe era intrínseco, vinha convencido de poder abater de vez ²¹.

Em resumo, os relatórios do governador civil de Vila Real documentam não só as formas e o sentido da implantação do Estado Novo no interior rural do País, numa época crucial, como ainda o choque entre a vontade de mudança de alguns dos sectores mais «revolucionários» da Situação e a persistência dos equilíbrios e sistemas de poder tradicionais.

2. A MISSÃO DE ASSIS GONÇALVES EM VILA REAL

2.1 UM DISTRITO «DIFÍCIL»

O tenente Horácio de Assis Gonçalves tomou posse do cargo de governador civil do distrito de Vila Real a 22 de Julho de 1934. O acto público, a que esteve presente o ministro do Interior, desenrolou-se com «solenidade e concorrência desusadas, causando impressões por todo o distrito», segundo relata o próprio Assis ²².

Explicará que «era ali uma expectativa por ir das mãos de Salazar» ²³. Que faria no remoto distrito transmontano um homem reconhecido como da especial confiança do presidente do Conselho e o que movera este a exportar para lá o seu sempre fiel secretário pessoal de há muitos anos?

Assis conta que terá sido o ministro do Interior, coronel Henrique Linhares de Lima, «sob pressão de emergentes dificuldades surtas» no distrito, a solicitar a Salazar que dispensasse o seu secretário para o Governo Civil de Vila Real. Sob esta versão que Assis, simulando talvez conveniente ingenuidade, preferiu consagrar nas suas memórias, podemos suspeitar da existência de uma manobra para o afastar de Lisboa e «queimá-lo» num distrito remoto, intenção que já dois anos antes o ministro do Interior de então, Albino dos Reis, revelara ²⁴.

A conjura contra Assis teria a sua razão de ser na luta pela influência palaciana junto de Salazar ou, mais provavelmente, no cuidado de marginalizar os

²¹ Temos em preparação um trabalho sobre a figura e o percurso do tenente Horácio de Assis Gonçalves. Entretanto, ver alguns dos seus escritos memorialísticos, com *Nótu-las I*, Lisboa, Editorial Império, 1963, que se dedica sobretudo à sua actividade e ao seu pensamento no campo da assistência social, e *Intimidades de Salazar. O Homem e a Sua Época (Memórias do Seu Secretário nos Primeiros Sete e Difíceis Anos da Sua Vida Política)*, Lisboa, distribuído pela Livraria Bertrand, 1971, que foca a sua acção política no tempo da ditadura militar e nos primeiros anos do Estado Novo.

²² *Rel.* (30 de Julho de 1934), 127.

²³ Cf. *Nótu-las I*, cit., p. 22.

²⁴ *Rel.* (28 de Dezembro de 1932), 41.

irrequietos «oficiais revolucionários», como Assis, jovens intelectuais fardados, guardiães do espírito do 28 de Maio, que incomodamente lembravam aos instalados da Situação que havia uma missão histórica de reforma nacional a cumprir.

Para a história, Assis recorda antes as instruções que Salazar lhe deu:

O Governo precisa ali, agora, de uma pessoa de confiança, por não estar bem informado de como as coisas por lá andam; pelo menos durante três meses convém que ali vá doutrinar, pôr um pouco de ordem, aconselhar disciplina e avivar patriotismo.

Tinha-o escolhido a ele por ser natural de Trás-os-Montes. Com «as suas conhecidas e patriarcais montanhas» o engoda Salazar ²⁵.

É provável, no entanto, que o distrito de Vila Real fosse mesmo um cuidado para o Governo. Segundo Assis, era opinião geral nos meios da Situação «ser aquele distrito um dos mais difíceis de governar». E isto porque continuava a passar por «um dos mais fortes baluartes de um velho partido político» ²⁶. Esse partido era o suprimido Partido Republicano Português (Democrático), cuja chefia regional andara na pessoa do grande influente transmontano Nicolau Mesquita (1871-1941) ²⁷. A implantação dos democráticos correspondia aliás à «influência» de Mesquita. Natural de Chaves, Mesquita fora, no tempo da República, governador civil de Vila Real (1917), senador pelo distrito e, por fim, presidente da Câmara Municipal de Chaves (1923-26). Chaves devia-lhe o liceu e o prolongamento do caminho-de-ferro e toda a região associava o seu nome a uma grande lista de obras públicas e de melhoramentos. Depois do 28 de Maio, a Ditadura tentara desmoralizá-lo, sujeitando a sua administração municipal a um severo inquérito. Nada de irregular lhe pôde todavia ser assacado. A frustração da cilada deu azo a uma calorosa homenagem pública em Chaves. A «influência» de Nicolau Mesquita era enorme e sólida. Parte devia-a ao seu «prestígio», outra parte à herança política do grande cacique de Vila Real no tempo da Monarquia, António Teixeira de Sousa, um dos «marechais» do Partido Regenerador, de quem Mesquita fora íntimo colaborador e de cujas ligações nacionais e regionais beneficiara.

Como se não bastasse um, havia outro Nicolau Mesquita (1894-1949) ²⁸, advogado muito famoso no Norte do distrito, antigo governador civil também, professor na Escola Industrial de Chaves e conservador do Registo Civil. A acumulação de cargos públicos era sempre uma acumulação de «prestígio». Chaves, a quem estes personagens aparecem ligados e donde eram naturais, era aliás o bastião da resistência republicana. O seu liceu, cuja fundação agradecia a Nicolau Mesquita, era índice de urbanização e do peso da gente esclrecida que formava, sempre muito avessa à política da Ditadura. O *Jornal de*

²⁵ Cf. *Nótulas I*, cit., p. 22.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 24.

²⁷ As informações sobre as personagens citadas nos relatórios provieram das notas à edição de *Relatórios para Oliveira Salazar*, pela Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, cit., e principalmente da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia.

²⁸ Certamente o filho do anterior Nicolau Mesquita. Não tivemos ocasião, todavia, de comprovar esse provável parentesco.

Chaves, «semanário republicano», suspenso em 1927, mas reaparecido em 1930, deveria dar a voz possível à crítica da Situação²⁹.

Como por acaso, Chaves orgulhava-se ainda de filhos tão perigosos como o general Sousa Dias ou o tenente-coronel António Ribeiro de Carvalho, infatigáveis conspiradores contra a Ditadura. Tais figuras, mesmo quando a sua actividade se desenvolvia sobretudo ao nível nacional (isto é, no litoral urbanizado do País, em Lisboa e Porto), acabavam por mobilizar adesões apaixonadas entre os seus conterrâneos. Nunca cortavam de todo com a terra natal. Em Chaves vivia ainda o pai de Ribeiro de Carvalho, o general Augusto Ribeiro de Carvalho, a quem Assis menciona como o «velho general político». O general também servira como presidente da Câmara Municipal de Chaves e fundara a Associação dos Bombeiros Voluntários, além de ser assíduo colaborador da imprensa regional.

Chaves deveria parecer um fojo de subversivos que cultivava, ainda por cima, a memória de um republicanismo indefectível. Ao passear pelo distrito, no dia seguinte à tomada de posse, Assis Gonçalves sublinha, por contraste com a recepção entusiástica que Vila Real, a capital, lhe reservou, o «pouco entusiasmo» de Chaves. «Chaves não está bem [...]», escreve ele no seu relatório a Salazar³⁰. Talvez houvesse, portanto, o propósito de pôr a região na ordem ao nomear um «duro» como Assis para o Governo Civil. Recordemos aqui a teoria do chefe do Estado-Maior do Governo Militar de Lisboa, coronel Fernando Borges, que em 1932 opinava que o Governo, com dezoito «rapazes novos» à cabeça dos distritos, teria facilmente o País na mão³¹.

Mas não se tratava só de tomar cautelas contra a Oposição. Grande parte dos primeiros esforços de Assis Gonçalves vão-se na tentativa de «harmonizar a família nacionalista desunida». As causas das cisões e das tricas no interior da Situação tanto diziam respeito a questões meramente pessoais como ao problema mais ideológico do nacional-sindicalismo. Logo no dia 29 de Julho, Assis receberia durante três horas os chefes locais nacionais-sindicalistas. Estavam ressentidos pelo modo como se organizara a União Nacional e pela perseguição a Rolão Preto³². Outra acha para a fogueira era a controversa figura do anterior governador civil, o Dr. José Timóteo Montalvão Machado, um «influyente» que fora o pilar civil da Situação em Vila Real, mas cuja actuação no Governo Civil dividira os «nacionalistas»³³. Por sua vez, ele próprio se sentia ofendido pela maneira como o Governo o «despedira». Assis entra imediatamente em contacto com ele no dia 30 de Julho e encomenda a Salazar alguma

²⁹ O *Jornal de Chaves* fora suspenso precisamente no dia 2 de Fevereiro de 1927, véspera da rebelião democrática do Porto. A colecção do jornal existente na Biblioteca Nacional de Lisboa interrompe-se em 1934. Sabemos que muita da imprensa regional foi proibida desde este ano – terá sido este o destino do irrequieto *Jornal de Chaves*?

³⁰ *Rel.* (30 de Julho de 1934), 127.

³¹ *Ibid.* (4 de Dezembro de 1932), 21.

³² *Ibid.* (30 de Julho de 1934), 128-129.

³³ José Timóteo Montalvão Machado, e não «Júlio Montalvão Machado», como informam as notas aos *Rel.* (p. 276), confundindo assim o serventuário da Situação que foi José Timóteo com um democrata oposicionista como Júlio (triste ironia!). José Timóteo foi governador civil entre 16 de Fevereiro e 2 de Março de 1927 (curiosamente, o período imediatamente a seguir à grande revolta militar contra a Ditadura) e outra vez entre 11 de Novembro de 1931 e 21 de Julho de 1934, tendo sido o único civil a exercer as funções nesta época.

distinção honorífica que lhe satisfizesse a vaidade, «para me pouparem algumas dificuldades»³⁴.

Tendo como missão em Vila Real consolidar a Situação, Assis irá prover não só à eventual resistência da oposição democrática, como ao fraccionamento a que a reacção aos rumos da política oficial e as querelas dos grupos regionais de pressão ameaçavam sujeitar as forças de apoio ao regime. Segundo recorda, nos primeiros cinco meses à frente do Governo Civil do distrito apenas se ocupou de «problemas políticos e administrativos»³⁵.

2.2 AS RELAÇÕES ENTRE O GOVERNO CENTRAL E O SEU DELEGADO

«Aqui tenho sido, antes de tudo, o representante do Governo, e só depois o representante do distrito», declarou publicamente Assis em 1936, ao fazer o balanço de dez anos de revolução em Vila Real³⁶. Se a assunção clara da condição de instrumento governamental pelo governador civil era natural, embora possa parecer um pouco crua, atrás da confissão de fé de Assis estava também um certo projecto acerca das relações entre o Governo central e as administrações regionais.

Na tradição administrativa portuguesa, filha da francesa, o governador civil não é mais que o delegado do Governo central e o distrito a circunscrição administrativa que ele tem como quadro de intervenção. O Código Administrativo de 1936-40 reconheceu e reforçou essa função do governador civil e submeteu-lhe toda a administração local³⁷. Ao longo dos relatórios vemos Assis a pôr e a dispor dos lugares de presidente da Câmara, administrador de concelho, regedor de paróquia e a indicar nomes para tudo quanto é função pública no distrito³⁸. Subordinado ao ministro do Interior, o governador civil corresponde-se

³⁴ *Rel.* (31 de Julho de 1934), 131-132.

³⁵ Cf. *Nótulas I*, cit., p. 31.

³⁶ Cf. Horácio de Assis Gonçalves, *Dez Anos de Estado Novo no Distrito de Vila Real. Relatório (1926-1936)*, s. l., s. ed. n. d., p. 4.

³⁷ Sobre as funções do governador civil v. o tít. VII, artigos 404.º a 415.º, do Código Administrativo (pp. 217-225 da 6.ª ed., actualizada, de H. Martins Gomes, Coimbra, Coimbra Editora, 1966) e as considerações de Marcello Caetano, *Manual de Direito Administrativo*, 9.ª ed., Lisboa, Coimbra Editora, 1970, vol. I, pp. 287-288.

³⁸ O «municipalismo» do Estado Novo nunca passou da doutrina. Era do consenso geral entre os pensadores do regime a «conveniência de entregar à administração das próprias comunidades — concelho ou freguesia — a realização dos interesses relativos à convivência consequente da vizinhança» (Marcello Caetano), isto é, e em termos clássicos, a conveniência da separação entre a função governativa, da competência do Governo central, e a função administrativa, da qual parte caberia às autarquias locais. A teoria era pontuada por loas ao município, posto a par da família, como realidades sociais prioritárias em relação ao Estado, e era apimentada por generosas e convincentes citações de Alexis de Tocqueville, Alexandre Herculano ou António Sardinha.

No entanto, nunca foram atribuídas às autarquias locais meios financeiros suficientes para uma actividade autónoma, nem nunca as isentaram da tutela administrativa e do direito de intervenção muito alargada do Governo central. A redução do presidente da câmara municipal à condição de magistrado administrativo, isto é, delegado do Governo livremente nomeado por este, não era das menores contradições entre a doutrina municipalista e a prática centralizadora. Ver sobre o assunto os vários trabalhos arrumados em *Problemas de Administração Local. Comunicações Apresentadas no Centro de Estudos Político-Sociais (1956-1957)*, Lisboa, CEPS, 1957, especialmente as comunicações de Armando Cândido, «Intervenção do Estado na administração local (centralização e descentralização)», a pp. 473-521, e de Manuel dos Santos Ferreira, «Finanças locais», a pp. 363-472.

com todos os ministros e direcções-gerais, desempenhando o papel de intermediário obrigatório entre as autarquias locais e o Governo. A organização da União Nacional duplicava a estrutura administrativa e estava em íntimo contacto com ela. Em Vila Real, é o próprio Assis que na prática a dirige, sublinhando assim o aspecto «administrativo» do movimento.

As condições postas a Assis, e que este acolhe bem, pelo Doutor António Luís de Moraes Sarmento para assumir a presidência da União Nacional no distrito de Vila Real são esclarecedoras acerca da estrutura de poder que sob o Estado Novo se ensaiou criar ao nível local e do papel do governador civil e da UN. Moraes Sarmento pretendia fazer da UN um *écran* entre o Governo de Lisboa e o distrito. Segundo ele, os ministros nada deveriam empreender na região sem que, por intermédio do governador civil, a organização local do movimento desse o seu parecer e tivesse o «terreno preparado». Porque «às vezes», explicou Moraes Sarmento a Assis, «um pequeno favor feito directamente por um ministro pode cair (por falta de conhecimento do arranjo político das localidades) numa pessoa hostil ou à margem da UN, e então o efeito político e de desprestígio seria tremendo, impossibilitando-a de caminhar ou levando-a mesmo à morte pelo ridículo».

A comunicação entre os grupos de interesses locais e o Governo central seria curto-circuitada e ao bloco formado pela UN-autoridades administrativas reverteria, à escala distrital, o monopólio da mediação entre o Estado e a sociedade. «De outra forma», garantia Sarmento, «a UN nunca poderá passar de uma quimera!» Seria substituir os velhos influentes pela administração territorial e pela organização política do regime ³⁹.

O plano de Sarmento não foi avante. Nove meses depois de ter tomado posse, em Março de 1935, Assis virá a acusar o próprio «poder central» de ser «o único e maior inimigo que nas minhas funções de governador civil tenho encontrado». Dedicará então um relatório inteiro a expor a Salazar a sabotagem ou a indiferença de que estava sendo vítima ⁴⁰. As comissões da UN do distrito recomendavam-lhe os seus candidatos para os vários cargos públicos, ele indicava-os aos ministros do respectivo pelouro, mas em Lisboa nunca se tinham em conta essas propostas. «Que me lembre», nota com desespero, «consegui apenas a colocação do irmão do bispo no tribunal de Vila Real.» No liceu, «o mais forte baluarte oposicionista da cidade», tentara cativar os professores com sinecuras políticas. Mas fora incapaz de fazer nomear o novo reitor e caíra em descrédito. A propósito deste caso, Assis descreve os ínvios mecanismos da *influência*:

Vou a Lisboa. Trato o problema pessoalmente com o Ex.^{mo} Ministro. Não duvido dos seus bons desejos. Mas tudo está burocratizado. O triunvirato oposicionista vence os outros professores nossos amigos, somente porque o novo reitor e um director de classe são *deles* e o vice-reitor é o seu chefe político. Basta *eles* proporem, o Ministério obedece burocraticamente, embora seja ao ministro que competem as nomeações mesmo sem proposta... O governador civil e a UN não existem.

Eles, segundo parece sugerir Assis a dado passo, ao referir-se à «política maçónica do facto consumado», seriam a Maçonaria e a sua rede de contactos ⁴¹.

³⁹ *Rel.* (31 de Julho de 1934), 130-131.

⁴⁰ *Ibid.* (s. d., talvez de Março de 1935), 256-261.

⁴¹ Como se sabe, a Maçonaria, depois de suportar uma inquisição permanente entre

Na verdade, toda a máquina estatal parece atravessada por relações pessoais, apadrinhamentos e conluios privados, funcionando fora das vias hierárquicas e do expediente normal. Através das memórias de Pedro Theotónio Pereira, subsecretário das Corporações e mais tarde ministro do Comércio e Indústria dos Governos de Salazar, os ministérios dos anos 30 parecem serviços muito rudimentares, uma espécie de pequenas empresas familiares onde o ministro manda e faz tudo e onde as coisas se resolvem rapidamente ou emperam sem remédio, conforme os empenhos pessoais em causa ⁴². As aventuras burocráticas do governador civil de Vila Real confirmam essa impressão. Quando tem alguma pretensão mais importante, Assis tem de se deslocar pessoalmente a Lisboa, à sua custa, no «carrinho da polícia» e passar horas nas antecâmaras dos ministérios. O ministro do Interior, que já vimos não simpatizava com ele, escusa-se a recebê-lo e em Junho de 1935 até as ajudas de custo, mesmo quando viajasse em serviço, lhe corta ⁴³. Nesse ano, Assis romperia as relações com o director-geral da Administração Política e Civil. O motivo estava em que o director-geral, sem dar cavaco a Assis, nomeara para contínuo do Governo Civil de Vila Real um «afilhado» que tinha em Viseu, ainda por cima «adversário consagrado do Estado Novo» ⁴⁴. Também o ministro da Instrução Pública, apesar de insistentes pressões de Assis, acabaria por investir no cargo de professor de Educação Física do Liceu de Vila Real um «declarado e valoroso adversário da situação política», provocando «a gargalhada dos nossos adversários e um justificado desânimo, e até, pior, um certo acobardamento por parte de muitos que já estavam do lado do Estado Novo». Impotente perante a eficácia das altas relações dos seus opositores, Assis desabafa:

Os nossos adversários têm a sua máquina tão bem montada, mercê da nossa desorganização pelos ministérios, que terminarão por nos vencer... É triste concluir assim: – A União Nacional, por tal caminho, não triunfará ⁴⁵.

Por essa altura já Morais Sarmento, decepcionado, se demitira da presidência distrital da UN. Muito longe de Lisboa, Assis nem por Salazar consegue ser atendido. Sente que o deixaram cair. Orgulhoso como era, resmunga nos relatórios:

Vim daí, ultimamente, com a impressão de que os governadores civis são os últimos [...] recebem-se por acaso [...]

os anos de 1931 e 1935, que lhe provocou uma grande sangria de aderentes, foi atingida pela Lei n.º 1901, de 21 de Maio de 1935, proibindo as «associações secretas» (v. Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, cit.).

Na Situação, onde, no entanto, havia vários mações, a Maçonaria era identificada com a República e com os democráticos. No distrito de Vila Real, segundo o *Anuário do Grande Oriente Lusitano Unido* para 1922, havia uma loja em Vila Real (do rito escocês) e um delegado do Conselho da Ordem em Chaves (o capitão da Guarda-Fiscal António Augusto Franco) (cf. Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa [...]*, cit., pp. 102 e 105).

⁴² Ver Pedro Theotónio Pereira, *Memórias*, cit., I, pp. 249 e segs. Segundo se poderá pensar a partir dos esforços de organização desenvolvidos por Theotónio Pereira no Ministério do Comércio, o Estado Novo teria também assinalado a evolução para uma maior burocratização dos serviços do Estado desde os anos 30.

⁴³ *Rel.* (4 de Junho de 1935), 167-168.

⁴⁴ *Ibid.* (19 de Julho de 1935), 183-184.

⁴⁵ *Ibid.* (28 de Outubro de 1935), 217-219.

Garantia que, se houvesse um pouco mais de colaboração do Governo central, poderia fazer o distrito rumar para onde a política oficial indicasse.

O que era mais grave – e o que Assis bem percebia – era que a descoordenação entre o Governo central e o seu delegado, a perda pelo governador civil do estatuto de intermediário entre o distrito e o Governo, implicaria rapidamente a sua liquidação política na região. Era a lei na vida dos *influentes*, cujo *prestígio* (leia-se *poder*) dependia de uma interlocução privilegiada com a autoridade central. Assis, transmontano, não tem ilusões:

Esta gente aprecia-me, reconhece que tenho bons desejos... O que será quando se convencer de que não sirvo para nada? ⁴⁶

3. OS PODERES PERIFÉRICOS E A INSTALAÇÃO DO ESTADO NOVO

3.1 A ASSIMILAÇÃO DA VELHA *ÉLITE* E A «POLÍTICA POPULAR»

E, apesar disto, os primeiros meses de Assis em Vila Real tinham sido um êxito quanto à instituição da paz política. Regularmente, comunica a Salazar os seus triunfos sucessivos pelos concelhos do distrito. Primeiro Peso da Régua, depois Valpaços, logo a seguir Alijó... A verdade é que descobrira uma receita infalível para resolver os problemas mais espinhosos. Em Julho de 1935, deixando de lado a modéstia, pode anunciar:

Está tudo em ordem. Não tem hoje o Governo, por certo, em todo o País, um distrito mais bem organizado, mais obediente, mais integrado nos modernos princípios do Estado.

Claro que o optimismo estava em função do desejo de urgente substituição. Dispunha até de um *delfim*, o governador civil substituto – «que eu também previamente preparei e eduquei», diz –, para lhe suceder ⁴⁷. Mas que argumentos tinha para considerar a sua missão cumprida?

Nas suas memórias, Assis agradecerá a tranquilidade que depressa impôs em Vila Real «à compreensão e patriotismo do chefe [dos democráticos]» ⁴⁸. Efectivamente, Nicolau Mesquita retirara-se para as Pedras Salgadas, onde passará a residir até à sua morte (1941). Era administrador da Sociedade do Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas e nos seus últimos anos devota-se exclusivamente à direcção da empresa de águas termais. A reforma política do velho caudilho terá deixado os opositores ao Estado Novo em Vila Real sem um líder capaz de ser a referência para uma reacção concertada e global à política oficial. Os relatórios de Assis registam da oposição democrática não mais que umas poucas e ocasionais manifestações de descontentamento. A indiferença hostil parece ter sido a atitude dominante da parte dos dissidentes.

À desmotivação da oposição democrática somou Assis, para chegar a um bom resultado, a sua habilidade política. Depois de se inteirar dos «xadrezes

⁴⁶ *Rel.* (3 de Junho de 1935), 161.

⁴⁷ *Ibid.* (19 de Julho de 1935), 181-182.

⁴⁸ Cf. *Nótulas I*, cit., p. 25.

locais» – como ele dizia, ele, que era um homem de Trás-os-Montes e bem lhes conhecia a feição – saberá seleccionar as novas autoridades administrativas e as chefias políticas da Situação entre gente de *prestígio*, rica, com importantes relações familiares. Sem que, ao mesmo tempo, confiando altos cargos a personalidades muito consideradas na região, deixasse de ter o cuidado de obter efeitos de consenso. Poderemos apreciar esta linha de actuação no caso da personagem escolhida para a presidência da UN no distrito e na forma como Assis ultrapassou a embrulhada política em que vivia o concelho de Sabrosa.

Para presidente da União Nacional no distrito de Vila Real, o governador civil convidou o Doutor António Luís de Moraes Sarmento (1888-1941). Moraes Sarmento era uma afamada figura de filantropo e de homem de ciência. Médico, professor da Universidade de Coimbra – uma instituição mítica em todo o Norte do País –, director clínico da estância termal de Vidago, desenvolvia na sua terra natal, Paradela de Monforte (no concelho de Chaves), uma importante obra social, contribuindo para a construção de bairros de habitação, escolas e cantinas. Além de benemérito, passava por independente, mantendo-se à margem das lides políticas locais. «Nunca quis saber de política», informa Assis a Salazar, mas «aceita [a presidência da UN] desde que V. Ex.^a o solicite e desejar.» Apesar de as condições que pôs para assumir o cargo, e de que já falámos, não revelarem qualquer ingenuidade política, a verdade é que, como, devido às suas funções académicas, só parava em Vila Real pelo Natal, pela Páscoa e pelas férias de Verão, havia ainda a vantagem de não ter muita ocasião para se envolver excessivamente na política local (deixando assim o campo livre ao governador civil) ou para começar a alimentar ambições de poder desmedidas na região. Enfim, tratava-se de uma personagem mais ou menos distante, que emprestaria à Situação um toque de respeitabilidade ⁴⁹.

Respeitabilidade de que a Situação bem carecia no concelho de Sabrosa, onde era um autêntico saco de gatos ⁵⁰. Assis encontrou-a dividida por quatro correntes, que apresenta assim no seu relatório:

Uma contra Montalvão – forte –, outra a favor de Montalvão – fraca –, outra de Vicente de Freitas – a menor –, finalmente, outra nacional-sindicalista – pequena (contra todas as outras).

Como se depreende, os partidos da Situação polarizavam-se à volta ou contra determinados líderes, à excepção da minoritária nacional-sindicalista, ideológica. O ex-governador civil, Montalvão Machado, era o responsável maior pelas cisões da Situação, como aliás já tínhamos referido ⁵¹. A existência de uma opinião favorável ao general Vicente de Freitas, ex-chefe do Governo da Ditadura (1928-29), só se explicava porque um «velho e rico proprietário», o

⁴⁹ *Rel.* (31 de Julho de 1934), 130-132.

⁵⁰ *Ibid.* (27 de Setembro de 1934), 137-139.

⁵¹ Assis Gonçalves procurou aproveitar as ligações e as clientelas de José Timóteo Montalvão Machado. Pouco depois da sua chegada convidou-o para jantar e passearam juntos por Vila Real, a fim de, diz Assis, «demonstrar à sua gente (que me parece ser também a minha) ter sinceros intentos de harmonia e que somos dois bons amigos». Aliás, a gente do ex-governador civil, ainda segundo Assis, andava um pouco decepcionada com Montalvão Machado, por ele lhes haver escondido, «nos últimos meses, que estava condenado pelo Governo» [*Rel.* (31 de Julho de 1934), 130-131]. Era a dura vida dos notáveis: perdidas as preferências do poder central, desvalorizavam-se para amigos e clientes.

Dr. Pessanha, era amigo dum genro do general, que a sua casa costumava ir veranejar. A influência pessoal estava na base de todo o jogo político.

Assis, visto isto, começa por escolher para presidente da UN do concelho a José Maximiano Correia de Barros, «ponderado sexagenário, erudito e publicista, rico, muito respeitado por toda a gente». Uma figura de consenso, análoga à de Morais Sarmiento ao nível distrital. Graças ao «prestígio e boa vontade» de Correia de Barros, Assis irá regularizar a situação de Sabrosa. Beneficia ainda do apoio de outro grande influente da terra, o coronel Augusto de Sousa Rosa, ex-presidente, pela Ditadura, da Câmara Municipal do Porto (1926-33) e médico. A preferência por Correia de Barros, quando se poderia ter elegido o coronel Sousa Rosa, é um facto que reforça a ideia de que houve o cuidado de buscar para os cargos de honra personalidades isentas capazes de reunir consenso, coisa que Sousa Rosa, fiel colaborador, mas demasiado marcado pela sua participação na Ditadura, não era.

Em Sabrosa descobrimos ainda outras vertentes do procedimento de reforma política de Assis em Vila Real: a liquidação do velho pessoal político, mesmo daquele que se integrara na Situação, e o apelo a uma nova camada «nacionalista», menos informada pelo antigo jogo político.

É seguindo esta receita que Assis vai livrar o presidente da Câmara de Sabrosa do domínio que sobre ele exercia o secretário da administração do concelho, António Marques da Cunha. Cunha viera da União Republicana, de Brito Camacho, e mantinha os hábitos de «manobrador político», com grande eficácia porque dispunha de «influência em todo o concelho». Assis põe-o na linha.

A apresentação que Assis faz do indivíduo que escolheu para administrador do concelho, António Serôdio, é das peças mais importantes para se compreender como se efectuou a implantação do Estado Novo em Vila Real: António Serôdio é pintado por Assis como o

chefe do nacional-sindicalismo local e com influência em toda a organização distrital. Um rapaz novo, de boa apresentação e fortuna, primo do grande influente democrático Dr. Serôdio, riquíssimo e genro de Teixeira de Sousa, braço direito de Nicolau de Mesquita. É amigo do primo e não o hostilizará. Tenho dele a melhor impressão.

As virtudes de Serôdio eram várias. Em primeiro lugar, era uma figura nova, independente das forças que mais directamente se afrontavam em Sabrosa (era um nacional-sindicalista contra todos) e dotado de meios pessoais e financeiros para se impor. Em segundo lugar – ou principalmente –, garantia as ligações com os antigos caciques democráticos, de forma a apaziguá-los.

Era como se em Sabrosa, ao nível das influências e das autoridades regionais, o Estado Novo continuasse a República – tal como esta continuara a Monarquia –, operando apenas simples deslocações dentro dos mesmos grupos ou famílias de notáveis, deslocações que se confundiam com a sucessão de gerações. Com a República, o monárquico regenerador Teixeira de Sousa dera lugar ao seu genro Dr. Serôdio; com o Estado Novo, o democrático Dr. Serôdio deixa a cena ao seu primo, o jovem nacional-sindicalista António Serôdio. Sempre em família! Sempre ricos, sempre influentes! Assim se assegurava a estabilidade da mais discutida transição do poder político. A jogada era inteligente: «O nacional-sindicalismo e o democratismo», prevê Assis, «vão-se assim esbatendo e assimilando devagarinho.»

Ao nível do que Assis chama a «política popular», isto é, da propaganda do regime junto da população, a continuidade é ainda mais evidente. Da «política

popular» cuida Assis em Agosto, quando acompanha uma excursão das escolas primárias do distrito à Exposição Colonial do Porto. Assis deixa o seu objectivo bem claro no relatório: tratava-se da «conquista do professorado primário»⁵². Dos professores das escolas primárias e da rede eclesiástica dependia a opinião das aldeias⁵³. Em Barqueiros já pôde ouvir discursar dois operários a louvar Salazar. «Foram ensaiados por gente nossa», explica Assis, mas «não se pode deixá-los alargar muito em discursos, porque têm fome e sofrem miséria.» Felizmente, estavam lá o pároco local e o bispo para os instruir no bom caminho⁵⁴. Ao ouvir os clérigos, confessa Assis, «aprendi também com eles a falar ao povo»⁵⁵. Com os tradicionais esquemas de comunicação e de controlo ideológico a funcionar a favor, o governador civil estava descansado quanto ao povo rural. A «fome» e a «miséria» dariam, se tanto, alguns actos de vandalismo. A polícia e sobretudo a caridade arrumariam o assunto. O inimigo, gostava Assis de deixar claro, não estava aí:

São, na verdade, difíceis de educar as classes chamadas *cultas* do País. Refractárias às nossas novas doutrinas, bem pode dizer-se que são elas, e não as *operárias*, que nos criam dificuldades⁵⁶.

3.2 O FIM DO VELHO SISTEMA

O Estado Novo representou, no entanto, uma mudança da forma como os poderes periféricos – influentes, administrações regionais, organizações locais do movimento político – se inseriam no sistema político. Alguns estudos recentes ou mais antigos – dos quais destacamos os de José Cutileiro⁵⁷, de Joyce Riegelhaupt⁵⁸ ou de José Sobral e Pedro de Almeida⁵⁹ – encetaram o que é ainda um esboço de hipóteses acerca da dinâmica do sistema político português quanto à dialéctica centro/periferia. Precisamos de considerar a evolução das relações entre o centro decisório do sistema político e a sua periferia e também o tipo de poderes a que essas relações davam origem localmente, para avaliarmos o significado das mudanças que terão ocorrido com a implantação do Estado Novo na década de 30.

No tempo da monarquia constitucional, depois da Regeneração (1851) e sobretudo durante o rotativismo, o *influyente* afirma-se como um intermediário

⁵² *Rel.* (11 de Agosto de 1934), 134.

⁵³ Sobre a influência cultural e ideológica do clero rural v. João de Pina Cabral, «O pároco rural e o conflito entre visões do mundo no Minho», in *Estudos Contemporâneos*, n.ºs 2/3, 1981, pp. 75-110.

⁵⁴ A aliança entre a hierarquia católica e a Ditadura foi denunciada por Bernardino Machado no manifesto «A ditadura clerical militarista em Portugal», publicado por A. H. de Oliveira Marques em Bernardino Machado, *Manifestos Políticos (1927-1940)*, Lisboa, Palas Editores, 1978, pp. 231-275.

⁵⁵ *Rel.* (13 de Agosto de 1934), 135.

⁵⁶ *Ibid.* (25 de Junho de 1935), 172.

⁵⁷ José Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, Lisboa, Sá da Costa, 1977.

⁵⁸ Joyce Riegelhaupt, «Os camponeses e a política no Portugal de Salazar. O Estado Corporativo e o 'apoliticismo' nas aldeias», in *Análise Social*, vol. xv (n.º 59), 1979, pp. 505-523.

⁵⁹ José M. Sobral e Pedro G. T. de Almeida, «Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901», in *Análise Social*, vol. xviii, n.ºs 72-73-74, 1982, pp. 649-671.

entre os interesses das regiões rurais mais ou menos isoladas e o aparelho de Estado. As eleições constituem a mesa de negociações do sistema: o influente dá ao Governo a legitimidade do voto em troca dos favores que a Administração lhe permitirá fazer, fundando assim a sua *influência*.

O *influente* do rotativismo monárquico é – seguindo o catálogo de Pierre Grémion – um *notável de modelo rural*⁶⁰. Baseia o seu poder (*a influência*) num estatuto social privilegiado e no controlo das comunicações entre a comunidade fechada e o meio social global. As relações pessoais são a substância de um poder pouco institucionalizado⁶¹.

Três ordens de fenómenos irão modificar as condições de existência dos velhos notáveis oitocentistas:

- 1) O desenvolvimento económico (expansão das vias de comunicação, diminuição da importância relativa da lavoura, que era a base dos velhos caciques, a maioria proprietários fundiários);
- 2) O crescimento e disseminação dos serviços públicos, realizando efectivamente a centralização e levando o Estado aos sítios mais remotos⁶²;
- 3) A evolução do próprio sistema político, considerado autonomamente.

No que diz respeito ao terceiro aspecto da mudança, lembremo-nos de que a Primeira República (1910-26) não manteve o modelo rotativo e trouxe, além disso, outra série sem fim de perturbações ao *modus vivendi* dos caciques tradicionais. Em «Vila Velha» (no Alentejo), José Cutileiro regista, na época da República Democrática, quer a rebeldia dos trabalhadores rurais, fiados num mítico apoio do Governo republicano, quer a irrupção de novos tipos de influentes, como os funcionários públicos, os professores primários, os comerciantes, os membros das profissões liberais (advogados, médicos), que constroem as suas próprias clientelas e concorrem com os grandes lavradores, os caciques tradicionais, muitos dos quais se acabam por retirar. Não sabemos se tal «desordem» atingiu outras zonas do País e em que grau. No Norte, este é também um período em que o professor primário rivaliza com o pároco enquanto mediadores entre as *élites* urbanas e as regiões rurais e condutores ideológicos da comunidade⁶³. Seja como for, talvez não faça sentido generalizar à escala de um país que, embora pequeno, está longe de poder ser tomado como um todo homogéneo. Infelizmente, as diferentes fisionomias socioculturais das regiões portuguesas e as grandes e perenes divisões Norte/Sul, interior/litoral e campo/cidade são aspectos da realidade nacional que a historiografia sobre a época contemporânea ainda não pensou e com que não aprendeu a trabalhar.

Fiquemos então, e apenas, com a ideia um tanto vaga de que os velhos equilíbrios de poder teriam saído da experiência democrática da República algo estremecidos. Que esperava os notáveis no Estado Novo? Para começar, é bom não ignorar o impulso anticaciquista que os sectores mais «revolucionários» do regime cultivavam. Assis Gonçalves dedica algumas páginas das suas memórias a denegrir a «política eleicoeira à moda antiga» e a explicar o grande

⁶⁰ Cf. Pierre Grémion, *Le Pouvoir Périphérique*, cit., p. 262.

⁶¹ Id., *ibid.*, p. 256.

⁶² Cf. Marcello Caetano, «Prefácio» a *Problemas de Administração Local*, cit., pp. 14-16.

⁶³ Cf. J. Pina Cabral, «O pároco rural e o conflito entre visões do mundo no Minho», cit.

progresso que a organização política do salazarismo representou: a União Nacional, escreve ele,

apartidária, apenas como órgão de meras funções de propaganda e defesa de princípios doutrinatórios do Estado Novo, não satisfazia os velhos hábitos eleiçoeiros da gente portuguesa, ainda muito saudosa do partidinho para favorecer o afilhado, da chalaça soez do seu chefe, que desancava os opostos no coreto da propaganda, do prazer da galopinagem à procura e roubo dos votos, da boa pinga e carneiro com batatas no dia das eleições [e por fim] o cacique vitorioso, aplaudido pela sua mesnada com vivas e foguetório ⁶⁴.

Assis tinha razão quanto ao fim do «velho sistema eleiçoeiro», mas deturpava quando queria fazer crer que o Estado Novo significara o fim puro e simples dos *influentes* ⁶⁵.

É verdade que o tradicional patrocínio, como destacou Joyce Riegelhaupt, fora quebrado. O Estado autoritário tanto tirou aos *clientes* a capacidade para fazer valer a sua lealdade política e o seu voto, como desvalorizou os *influentes* enquanto mobilizadores de votantes, um dos seus principais trunfos políticos no jogo com o centro. No entanto, há a notar que também as autoridades administrativas deixaram de poder invocar para a sua acção junto das comunidades a legitimidade que o sistema representativo lhes assegurava. O que vai tornar o *influyente* outra vez indispensável ao Estado.

Assim vimos que sucedeu em Vila Real. Assis Gonçalves, para assegurar a estabilidade da instalação do Estado Novo, recorreu a *influentes*, sobretudo do estilo «jovem turco», dispondo quer de relações familiares com os antigos caciques, quer de meios de influência próprios (prestígio, riqueza). Mas o novo notável, a cujo nascimento Assis assiste em Vila Real, já não é o cacique eleitoralista dos tempos do rotativismo. Marcelo Caetano quis descrever a mudança como a passagem do cacique de Oitocentos para a preponderância dos funcionários públicos. Andou próximo. O *influyente*, sob o Estado Novo, é o *homem da Situação*. A sua *influência* é mais *institucional* (normalmente, faz parte da Administração, da UN ou dos organismos corporativos) e assenta na distribuição dos dividendos de um poder político monopolizado. É o estádio supremo da *influência*: a *influência* monopolista de Estado! O trunfo original do *influyente* já não é o domínio de uma aldeia e dos seus votos. São antes a própria relação privilegiada com o poder central ou a sua posição na organização estatal que lhe permitem o exercício da *influência*. A Administração faz os *influentes* de que precisa. Mas, claro, não os faz do nada: institucionaliza apenas dominações possíveis. O que mudou não foram tanto as origens sociais dos *influentes*, como as formas do seu poder.

E mudou também a situação dos *clientes*. Sem meios de pressão próprios, como já dissemos, eles estarão muito mais submetidos aos seus patronos situacionistas. Os *influentes* devem ter beneficiado do efeito de *irresponsabilização* que terá tido a centralização autoritária do salazarismo. A política deverá ter-se tornado, mais do que nunca, um obscuro manejo de favores e de empenhos,

⁶⁴ Cf. *Intimidades de Salazar*, cit., p. 92.

⁶⁵ Nas entrevistas de António Ferro, em 1932, também Salazar utiliza o termo «caciquismo» para caracterizar pejorativamente o excessivo apego aos interesses próprios e o desejo de obter favores do Estado por parte de alguns comerciantes (cf. António Ferro, *Salazar. O Homem e a Obra*, Lisboa, Fenando Pereira Editor, 1982, pp. 146-147).

sem resultados previsíveis. O mistério, a expectativa perante o que Lisboa fará, cuidadosamente cultivados pelos *influentes*, poderão ter feito aparecer estes, aos olhos das populações silenciosas, como uma espécie de xamãs políticos, dotados de altos poderes de mediação com aquilo que o País sentia como o sobrenatural salazarista.

Enfim, tudo isto são hipóteses e impressões, tudo isto precisa de mais investigação. Por agora, e acerca da época salazarista, creio que podemos tomar como legenda a fórmula de Pierre Grémion: «Les notables passent, le système notabiliaire demeure.»⁶⁶ E a verdade é que o princípio da *influência* é sempre o mesmo: o curto-circuito, em benefício de alguns intermediários, das relações entre o Estado e os cidadãos.

4. AS NOVAS REGRAS DO JOGO POLÍTICO

4.1 AS POSSIBILIDADES DOS PODERES PERIFÉRICOS

Vimos atrás as dificuldades da relação entre o governador civil de Vila Real e o Governo e depois o aspecto institucional da nova *influência*: são estes os elementos principais para compreender as «rebeliões» de *influentes* que vão começar a perturbar o governo de Assis. Vamos ver o governador civil a fazer profissões de fé fascista, assim como os *influentes* muito pouco convertidos a epopeias totalitárias e mais interessados em preservar a sua autonomia e interesses locais. O choque, inevitável, põe finalmente a claro os limites da política do Estado Novo.

Pouco tempo demora Assis a desiludir-se acerca dos desejos de mudança dos maiores do seu distrito. Conta ele a Salazar:

[É um distrito] muito individualista, eivado de velhos costumes de caciquismo político, custa-lhe a adaptar-se à nova fórmula «*corporativa e colectivista*» que pretendemos imprimir à fisionomia social da Nação.

Efectivamente, o fascismo social que Assis sempre perfilhou não terá muitas hipóteses de colher apoios no distrito, a não ser sob a tibia forma de uma bem intencionada obra de assistência social. O corporativismo e o colectivismo não mobilizam os *influentes* que o tinham apoiado durante a «normalização» política. E outros irão começar a achar demasiado apertada a *pax* imposta por Assis.

É significativo o facto de os focos da mais séria contestação à política intervencionista de Assis no distrito se situarem, politicamente, no interior da própria Situação e, geograficamente, nos concelhos da região do Douro, os do Sul, onde, graças ao vinho, os grupos de pressão devem ter uma sólida base económica para a sua ousadia.

Tanto as oposições democráticas, aparentemente desmobilizadas, como o Norte do distrito, terra de montanhas, muito pobre, estão ausentes dos relatórios. Enfim, são os *influentes situacionistas* que dão trabalhos a Assis. Até porque, dada a ordem ditatorial do regime, visto o silêncio do povo, só eles poderiam contestar eficazmente.

Em Peso da Régua, em Junho de 1935, o problema era o Dr. José da Costa Pinto, escorado numa corrente de opinião monárquica⁶⁷. Assis atribui-lhe «uma mentalidade teimosamente velha, caciquista, ferozmente intolerante, individualista e de um exclusivismo bem perigoso». A princípio, Assis toma precauções para o «manter sossegado», mas depressa é confrontado com «uma luta de interesses em volta da Câmara Municipal» de Peso da Régua. Costa Pinto consegue que a Comissão Concelhia da União Nacional, onde entrava gente da sua parcialidade, o proponha ao governador civil para a presidência da Câmara. Assis, que queria conservar o mesmo presidente, tenta ganhar tempo e faz transitar a questão para a Comissão Distrital da UN, onde, diz ele, «predomina». Entretanto, escrevia a Costa Pinto, apelando para a sua disciplina nacionalista e acenando-lhe com a vice-presidência da Câmara.

Costa Pinto não vai na conversa do governador civil. Assis vai experimentar a ofensiva da *influência*. Costa Pinto era advogado, fora presidente do Celerio Municipal e administrador da Misericórdia. Seguro dos clientes e dos partidários que a profissão e os cargos públicos lhe teriam granjeado, responde ao governador civil com o aviso de que ele e «os seus amigos» iam abandonar a Situação. De seguida, o administrador do concelho, três juntas de freguesia e a Comissão Concelhia da UN pedem a demissão. A 25 de Junho, Assis não esconde a preocupação: «Como inimigo, é do pior que eu poderia ter arranjado.»

No entanto, seis dias depois, a 1 de Julho, aparece-nos mais confiante. Seguirá entretantes a sua receita. Para os lugares de presidente da Câmara e de administrador do concelho seleccionara dois antigos oficiais de Exército, pessoas que apresenta como «gente independente economicamente e eclética em política (nacionalistas)». Um deles tinha já sido presidente da Casa do Douro, era figura muito respeitada na Régua e sugerira-lhe a colaboração de «indivíduos dos mais ricos e desocupados do concelho». O outro era um jovem nacional-sindicalista, que Assis diz «também rico» – «o que não é para desprezar», nota entre parênteses – e que, ainda por cima, era cunhado do «maior capitalista da Régua».

Uma jogada tirada a papel químico da de Sabrosa, em 1934. O mesmo recurso a personalidades prestigiadas, para obter consensos, e a «jovens turcos (nacionais-sindicalistas), ricos e altamente relacionados. De opinião conservadora, guardavam todavia a discrição que convinha à tranquilidade da Situação.

Isto bastou para anular em Peso da Régua todo o impacto da manobra de Costa Pinto, que ficou imediatamente isolado. A dissidência não compensava. A capacidade de pressão dos *influentes*, no contexto deste sistema não representativo, sem as eleições de outrora, que eram a oportunidade para negociar os seus apoios eleitorais com o poder central, parece consideravelmente reduzida. As autoridades não temem deserções, que só iriam prejudicar os notáveis eles próprios. Como conseguirão os poderes regionais recuperar margem de manobra? O «caso Alijó», em 1939, leva-nos às respostas⁶⁸.

Alijó é descrito por Assis como um concelho «agarrado ao velho sistema político de intrigas, que ali deixou o guerrilhento eleicoeiro Teixeira de Sousa». Na verdade, Alijó fora a base eleitoral de António Teixeira de Sousa (1857-1917), o qual, desde 1889, sempre por ali conseguira ser eleito, mesmo quando o seu partido – o Regenerador, de Hintze Ribeiro – estava na oposi-

⁶⁷ *Rel.* (25 de Junho de 1935), 171-177, e *ibid.* (1 de Julho de 1935), 178-179.

⁶⁸ *Ibid.* (27 de Julho de 1939), 231-255.

ção. O que, conhecidos os sortilégios eleitorais do rotativismo, dizia bem da solidéz da influência local do grande cacique transmontano, último presidente do Conselho da Monarquia.

O governador civil de Vila Real seguiu em Alijó a sua consagrada tática. Os tradicionais influentes locais vêem-se arredados em proveito de «nacionalistas independentes», que Assis distribui convenientemente pelos cargos político-administrativos do aparelho estado-novista (isto é, os lugares da administração territorial e da UN, que se constituíam em paralelo e intimamente coordenados). Só que em Alijó as coisas não ficaram por aí.

Os caciques locais marginalizados, diz Assis, «logo se combinaram para a vingança na característica forma e hábitos políticos da sua terra». Encabeçados pelo juiz da comarca, o Dr. Crispiniano de Lacerda, os conjurados dispõem de um instrumento de guerra precioso – o tribunal da comarca, que logo passa a funcionar como um autêntico *contrapoder*. Pelos mais fúteis motivos, os «homens» do governador civil no concelho passam a ser acossados com processos e mais processos judiciais. Segundo calculava um aliado de Assis em Alijó, metade da população do concelho já teria transitado pela cadeia sob a acusação de falso juramento em juízo. O próprio presidente da Câmara se vira em sério risco de experimentar, ele também, a hospitalidade dos cárceres do juiz. Com artes de inquisidor e com a ajuda de um sacerdote local, o juiz tentara incriminar o presidente da Câmara como maçã.

Apenas o tribunal da comarca possibilitou aos influentes de Alijó contra-atacarem. Só no âmbito do aparelho de Estado a resistência é viável. O terror judiciário que o juiz instituiu no concelho acabou por afastar toda a gente do presidente da Câmara e do administrador do concelho. Chegou-se mesmo a ver uma das juntas de freguesia, a de Vilar de Maçada, «desprezando e saltando por cima da autoridade administrativa do concelho, como se não existisse», ir pôr-se às ordens directas do juiz da comarca! Assis tem de a demitir em bloco.

A conspiração contra o governador civil adquiria entretanto uma dimensão distrital. O grupo de Alijó, do juiz Lacerda, alia-se ao grupo Costa Pinto, de Peso da Régua. Costa Pinto, derrotado em 1935 por Assis, convertera-se, de monárquico que era, em nacional-sindicalista. O nacional-sindicalismo funcionava como uma dissidência, uma espécie de ala radical e rebelde tolerada dentro da Situação. Mas não devia já dar azo para o lançamento de uma guerrilha eficiente contra o governador civil. É então que o grupo de Alijó se lembra de outro expediente.

O juiz e os seus companheiros organizam em Alijó um terço da Legião Portuguesa, do qual o juiz Lacerda se intitula comandante. Arrebanham mais de trezentos legionários e logo, conta Assis,

esboçaram o propósito de trazer àquela vila, numa megalomania ridícula de força e de poder, alguns membros do Governo, para lhes demonstrar o seu valor numérico e a importância das suas pessoas, à margem do governador.

Delirante, o juiz desmultiplica-se em actividades de larga publicidade, como o envio de um comboio de abastecimentos aos «nacionalistas» espanhóis. Finalmente, prepara uma festa da Legião em Alijó e convida quatro ou cinco «membros do Governo». Assis fica varado com tanta audácia e despropósito. Chama imediatamente o comandante distrital da LP e faz-lhe «sentir não estar disposto a consentir no seu distrito traições aos *poderes legitimamente constituídos*»; telefona depois ao ministro do Interior (então Mário Pais de Sousa), para garantir que nenhum ministro aceitaria o convite, «pois isso só se

faria através do governador civil». As cautelas de Assis mostram que ele alcançara perfeitamente o objectivo dos conjurados de Alijó. Tratava-se de romper o monopólio da comunicação directa com o Governo de que beneficiava o governador civil. Pluralizar as vias de comunicação com o poder central, adquirir o privilégio da interlocução com o centro do Estado, eram os únicos recursos dos *influentes* para escaparem à tutela da administração territorial. A Legião Portuguesa, em fase de organização, era a porta aberta do aparelho de Estado.

O juiz e os seus camaradas apercebem-se, no entanto, de que, em confronto com o governador civil, jamais chegarão ao Governo de Lisboa. Então, o juiz Lacerda, manhoso, fingirá a reconciliação. Iludido, Assis financia a festa da Legião de Alijó e até se empenha na vinda do ministro do Comércio e Indústria, o Dr. José Pinto da Costa Leite (Lumbrales), que era também o presidente da Junta Central da Legião Portuguesa.

Quando menos o esperava, Assis vê a festa descambar numa grande manifestação de descontentamento contra o governador civil. Na hora dos discursos, o juiz não se coíbe, em frente do ministro e nas barbas de Assis, de disparar claras indirectas ao governador civil. Assis, que fervia em pouca água, responde-lhe a seguir directamente. Tudo isto sob os gritos das claques presentes ao banquete. Vivas ao juiz, pelos legionários e pelo grupo de Costa Pinto, concorrem com vivas ao governador civil, pelos presidentes das câmaras e funcionários públicos. Assis queixa-se de o terem tentado «anavalhar perante um ministro». Enfurecido, exige ao ministro do Interior que escolha: ou ele ou o juiz Lacerda.

4.2 RETRATO DO INFLUENTE ESTADO-NOVISTA ENQUANTO REBELDE

O «caso de Alijó», em 1939, prova que só no âmbito das intuições oficiais ou officiosas da Situação os notáveis locais poderiam aspirar a algum poder para pressionar a Administração.

Prova-o também, pela negativa, o esvaziamento do movimento nacional-sindicalista ⁶⁹. Vimos atrás que o grupo de Costa Pinto, em Peso da Régua, se bandeara para os nacionais-sindicalistas, cujo cabecilha na vila era aliás um sobrinho de Costa Pinto, o Eng. Costa Barreto. O movimento parece ter-se tentado promover a alternativa interna do regime, uma forma de, embora dentro da Situação, expressar a irreverência, sobretudo através de um sentimento vanguardista e radical. As adesões eram mais frequentes entre as classes médias das cidades e vilas da província – o que, notado por João Medina, não deixa de ser muito curioso –, e tinha uma muito especial aceitação entre as profissões liberais e os mais moços. A passagem de Rolão Preto pelo distrito de Vila Real, aquando do 1.º de Maio de 1935, chegou a causar certa movimentação, que o Governo Civil, aliás, vigiou atentamente. Alguns industriais e comerciantes trouxeram ao almoço que se realizou com o chefe nacional-sindicalista os seus empregados, em camionetas, para dar um tom operário à manifestação. Neste distrito rural, a cerimónia parecia demasiado «urbana» e o relatório de Assis sublinha o seu isolamento ⁷⁰. Perante o desfavor oficial, de-

⁶⁹ Sobre o nacional-sindicalismo v. Hermínio Martins, «Portugal», in *O Fascismo na Europa*, cit., pp. 443-447, e João Medina, *Salazar e os Fascistas*, cit.

⁷⁰ *Rel.* (6 de Maio de 1935), 151-159. A nota officiosa da Presidência do Conselho de 11 de Setembro de 1935, na sequência de uma frustrada tentativa de golpe, foi, como se sabe, o dobre de finados para o nacional-sindicalismo.

pois do auge de 1933, o nacional-sindicalismo dilui-se lentamente na Situação e vimos como Assis utilizava o movimento como uma espécie de reserva do regime, onde ia buscar os seus jovens «nacionalistas independentes». Não havia condições para qualquer esboço de pluralidade partidária ou luta política aberta. O oportunismo do despeitado Costa Pinto, ao aderir ao nacional-sindicalismo, primava assim pelo ridículo. Muito mais útil para a dissidência parece ter sido, a atendermos ao caso de Alijó, em 1939, uma organização do regime como a Legião Portuguesa (desde 1936), que teve originalmente algo de espontâneo e possibilitou a institucionalização de grupos de pressão desde baixo ⁷¹. O perigo, aliás, foi denunciado por Assis no discurso com que se desafiou na festa de Alijó:

Tenho instruções do Governo, dadas pelo Senhor Ministro do Interior, de quem directamente dependo, para dizer: — Que a Legião é uma força posta ao serviço da Nação, tecnicamente organizada segundo a hierarquia e disciplina militares e politicamente orientada pelas directrizes do poder central através das suas autoridades administrativas, que com ela colaborarão contra o COMUNISMO [*sic*], sua principal finalidade. Não pode, pois, a Legião ser um partido, que eu não consentiria no distrito, mas uma organização inteiramente nacional; não pode ser elemento de desunião e de discórdia entre nacionalistas, porque atraí-los a sua função.

Perante a ofensiva do governador civil, a resistência dos influentes estava em função dos postos institucionais que controlassem e onde poderiam recriar a sua autonomia. Tanto podia ser um tribunal de comarca, como um terço da Legião. Mas, para contra-atacarem, precisavam de mais alguma coisa: o contacto com o poder central. Em Vila Real são os notáveis que usufruem dessa ligação que melhor se eximem à autoridade de Assis.

É o que acontece com José Timóteo Montalvão Machado, o ex-governador civil a que Assis sucedeu ⁷². Três meses depois da sua chegada, Assis acusa-o de ter desencadeado contra ele uma guerrilha por todos os concelhos do distrito. Dos anos em que servira como governador civil da Situação tinham ficado a Montalvão não só muitas amizades na região, mas também algumas cumplicidades na capital. Assis, aliás, di-lo em conluio com «uma entidade residente em Lisboa».

A disputa do lugar de delegado de Saúde em Chaves ilustra a vantagem que eram as relações com Lisboa para um notável. Em Setembro de 1935, a pretensão de Montalvão Machado a esse lugar era combatida não só por Assis Gonçalves, o governador civil, como pela Câmara Municipal de Chaves, pelo administrador do concelho, pela Comissão Concelhia da UN e até pelo próprio comando militar de Chaves. Tudo quanto era autoridade política, administrativa e militar do concelho de Chaves estava contra a nomeação de Montalvão Machado. Pois bem, Montalvão vai conseguir levar de vencida esta poderosa coligação que o próprio governador civil, delegado do Governo em Vila Real, orquestrava. Que trunfo jogara Montalvão? Nada menos que o alto patrocínio

⁷¹ Sobre a Legião Portuguesa, criada em 30 de Setembro de 1936 pelo Decreto-Lei n.º 27 058, e sobre a sua «espontaneidade» no contexto da intervenção na Guerra Civil Espanhola ver Herminio Martins, «Portugal», in *O Fascismo na Europa*, cit., pp. 451-452.

⁷² *Rel.* (17 de Setembro de 1935), 186-187; *ibid.* (7 de Dezembro de 1935), 220-224; *ibid.* (18 de Fevereiro de 1935), 161-163.

da Direcção-Geral de Administração Política e Civil (cujo director era grande inimigo de Assis e com quem este cortara relações) e da Procuradoria-Geral da República. Em Fevereiro de 1936, Assis comenta amargamente o facto de «desentranharem-se descaradamente ambas as entidades em proteger um interesse privado contra o interesse político do Estado».

O Estado não funcionava como um aríete contra os poderes periféricos, como talvez Assis desejasse. A complexa rede da Administração territorial, a multiplicidade de instituições oficiais de vária natureza e a babel burocrática acabavam por tornar esse Estado, aparentemente centralizado e reduzido a um comando único, um espaço muito fluido, poroso, em cujas múltiplas cavidades e articulações os interesses privados e regionais encontravam meios de cultura própria para funcionarem como poderes. Com uma metáfora organicista, Assis descreveu a situação institucional responsável pelas suas maiores frustrações em Vila Real:

Temos ainda desarticulado o organismo da Nação. Tem cabeça, boa cabeça, e braços fortes, mas o sistema nervoso sofre ainda de velha paralisia. Enquanto a Cabeça não comandar o Braço, e este não estiver intimamente ligado àquela, os movimentos serão desarticulados, desconexos, sem conjugação. Energias perdidas e, num momento, talvez tudo perdido.

A Cabeça e o Braço – traduzamos: Salazar e Assis: o presidente do Conselho em Lisboa e o governador civil em Vila Real. O que está entre eles os dois e os impede de serem entre eles a causa e o efeito é o mesmo que os separa da realidade social onde pretendem actuar: o Estado Português. O Estado não é o instrumento metafísico de um pensamento. Num país, numa região, ele é um complexo institucional onde se interpenetram e chegam a um equilíbrio a vontade política de um governo (com base representativa ou, como é agora o caso, autocrático) e os interesses privados dos grupos sociais – e é esse equilíbrio que é o Estado, essa persistente negociação, entre ameaças e chantagens.

Assis, que tinha uma ideia instrumental do Estado, que pensava como um revolucionário, nunca entendeu por que razão o cavalo do poder não ia para onde ele o esporeava. Os mais poderosos obstáculos à política de Assis em Vila Real serão precisamente os organismos oficiais e corporativos, grémios, institutos, que se tornam feudos de notáveis refractários aos grandiosos planos do governador civil. Frente à Casa do Douro, que boicotará a sua política social, Assis apelará em vão para o ministro do Interior e mesmo para o subsecretário das Corporações. Inutilmente. O presidente da Casa do Douro, que passava o seu tempo em Lisboa, onde fora procurador à Câmara Corporativa, continuará firmemente a fazer ouvidos de mercador aos pedidos do governador civil. «Não compreendo estes *estados* que se sobrepõem ao *Estado*», desabafa por fim Assis.

A irritação de Assis não deixa de ser motivo para ironia. Ele instalara o Estado Novo em Vila Real, abrindo a Situação às velhas famílias de influentes, apresentando o Estado como um abrigo dos interesses privados que iriam sustentar a sua política. Ao tentar passar à realização dessa política, esbarra com esses interesses instalados no Estado. O feitiço voltara-se contra o feiticeiro. Assis guarda apenas um profundo sentimento de derrota:

Já nem sei como hei-de actuar. O individualismo, o «para cá do Marão mandam os que cá estão», o *velho sistema liberalista* resiste-me vitoriosamente, *porque quem devia ajudar-me* [entenda-se: o poder central] *se alia*

com *Panúrgio*. Estou já quase cansado de lutar. Quando o comando central abandona os seus melhores lutadores, esquece as frentes de batalha, se alheia das primeiras linhas, só pode contar com a derrota, ou, pelo menos, com a inutilidade do sacrifício ⁷³.

O «velho sistema liberalista»! Assis usara-o, manipulara-o largamente, sobretudo enquanto sistema de dominações sociais. Acreditou talvez que a linha autoritária do Estado não representativo pusera o «sistema» à sua mercê. Mas o próprio Estado autocrático se desenvolveu, para se instalar, na direcção do «velho sistema liberal», e acabou por o consagrar politicamente – tornando-se espaço de «influência» –, tal como o aproveitara socialmente.

5. CONCLUSÃO: RUPTURAS NA CONTINUIDADE

5.1 O ESTADO NOVO CONTROLANDO

Com a análise que Assis Gonçalves fez aos resultados das eleições presidenciais de 17 de Fevereiro de 1935 concluiremos a abordagem que aqui ensaiámos do problema da instalação do Estado Novo em Vila Real ⁷⁴. O próprio Assis tomou o acto eleitoral como um teste à aceitação da política governamental no distrito, e portanto como uma certidão do êxito da sua missão em Vila Real. A candidatura única do general Carmona já de si reduzia a eleição a uma espécie de plebiscito. Assis torna-a um óculo de sociologia política e terá o exótico cuidado de recomendar às autoridades a «maior legalidade nos actos eleitorais», a fim, diz ele, de «nos irmos instruindo sobre o estado político das diversas zonas do distrito, pelos critérios económico e topográfico».

Da participação de 89,6 % dos recenseados ao nível distrital, Assis permite-se declarar um êxito o processo eleitoral. E, consequentemente, também reafirmar o sucesso da Situação. Não menciona o facto de só cerca de 10 % da população do distrito estar recenseada. Mas nem toda a gente contava na sociedade portuguesa ⁷⁵.

Por fim, vai tentar explicar as variações das percentagens de votação obtidas em cada concelho com as características geográficas e económicas de cada um. Assim, a relativamente baixa percentagem de votantes conseguida em Ribeira de Pena (72,4 %) atribui-a ao último decreto sobre os vinhos, que prejudicava os proprietários do concelho. Em Mondim de Basto, onde as condições eram semelhantes, deviam-se os surpreendentes 91,6 % ao administrador do concelho, que Assis, benevolamente, apresenta como «um pouco cacique à antiga». No seu zelo, arrastara os eleitores às urnas com os velhos métodos. Difícil de compreender era a margem de abstenções nos concelhos da região do Douro. Não tinham razões de queixa que lembrassem a Assis, pois se até ti-

⁷³ *Rel.* (3 de Junho de 1935), 161-163.

⁷⁴ *Ibid.* (s. d., decreto Fevereiro de 1935), 189-216.

⁷⁵ O sistema de sufrágio restrito tinha sido regulado pelo Decreto-Lei n.º 23 406, de 27 de Dezembro de 1933. Combinava a determinação capacitária (eleitor era todo o cidadão do sexo masculino que soubesse ler e escrever e as mulheres diplomadas) e censitária (dando direito a voto também aos analfabetos desde que pagassem impostos directos superiores a 100\$). O recenseamento nunca foi feito com aplicação e, como se sabe, os cadernos eleitorais eram objecto das maiores manipulações. Isto para não falar já na fraude pura e simples.

nham sido os principais beneficiários da legislação vinícola. Enfim, o mundo rural não era fácil de perceber, mas não havia problemas.

Quanto aos concelhos que Assis considera mais «politizados» e mais «urbanos», ou seja, o de Vila Real e o de Chaves, havia muitos motivos para satisfação. O governador civil nota que muitos dos antigos chefes locais dos partidos, não só dos adversários do PRP, como dos próprios democráticos, tinham ido votar. No entanto, fora nesses dois concelhos que se registara a maior abstenção de funcionários públicos (destacando-se entre eles os professores de liceu) e de militares.

Os resultados das eleições de 1935 talvez não tenham representado, como deviam, a vontade da população do distrito, mas expressaram sem dúvida a tranquilidade do regime em Vila Real, nove anos depois da Revolução e em pleno processo de organização do Estado Novo corporativo. Em Vila Real, a Situação beneficiou da deserção ou da retirada de muitos dos antigos líderes republicanos, cansados porventura depois de todos os golpes falhados contra a Ditadura. As autoridades tiveram a habilidade de recrutar os seus representantes políticos e administrativos entre a tradicional *élite* de notáveis locais, muitos deles ligados por laços familiares aos velhos influentes democráticos. Junte-se a isto a selecção de uma ou outra personalidade de prestígio, com fama de independência política, para alguns lugares importantes, e teremos todos os elementos que asseguraram uma transição sem grandes sobressaltos. A oposição ao regime acantona-se nos centros urbanos, em Chaves principalmente e também em Vila Real, representada sobretudo pelas «classes médias» cidadinas (funcionários públicos, profissões liberais, etc.). Com os seus pólos nos liceus, o *revirinho* democrático parece reduzido ao espírito de contradição e entretido num descontentamento ritual. Quanto à mais turbulenta dissidência nacional-sindicalista, ela já se está a integrar na Situação pela segunda metade da década de 30. A pujança dos movimentos situacionistas é visível no surto da Legião Portuguesa. A Situação estava na moda, e decerto cada vez mais, depois da galvanizante vitória nacionalista em Espanha.

Nas zonas rurais não há novidades. *Influente*s e párocos criam a maioria silenciosa com que a Situação pode estar descansada. Se o distrito atravessava uma profunda crise, a verdade é que da população rural, a passar as piores provações, não se temia mais que um ou outro acto de vandalismo e o mau costume da mendicidade.

Como sempre, o debate político esgotava-se nas influências e dependências pessoais. Em Peso da Régua, por exemplo, os funcionários da estação de caminhos-de-ferro tinham-se absterido em massa no acto eleitoral de 1935. Um foco de opinião oposicionista? Nada disso, nota Assis. Acontecia que o inspector da Companhia, simpatizante do *revirinho*, impedira os seus homens de votar. Como se vê, a questão estava, tanto para um lado como para outro, em ter os maiores da opinião e os *influentes* na mão, para passar a contar com o «consentimento geral». Ao fim e ao cabo, a falta de representatividade democrática do Estado Novo correspondia plenamente a uma original ausência de democracia e de cidadania numa sociedade que, largamente rural, se conservava oligárquica. Controlar os *influentes* era controlar a população, o povo calado, que, como disse Castela dos Galegos, apenas protesta emigrando ⁷⁶.

⁷⁶ Os relatórios das reuniões distritais das Comissões da União Nacional em 1948, durante a preparação das eleições para a presidência da República (1949), são a confirmação da confiança da Situação nos seus *influentes*, por vezes invocados como «aristo-

Com o salazarismo agravou-se a desagregação do antigo patrocínio. O fim do regime eleitoral do constitucionalismo monárquico e da República tirou aos clientes capacidade de reivindicação e aos influentes de pressão. Aparentemente, tudo está à mercê da administração autocrática. No entanto, vimos como a implantação do Estado Novo implicou o apoio ou, pelo menos, a tolerância dos grupos e famílias dominantes no distrito de Vila Real. As famílias e as classes que deram os seus influentes ao Partido Regenerador, ao PRP (Democráticos), vão dá-los também ao Estado Novo. O novo influente não é um cacique eleitoralista, mas um senhor da Situação. Os aparelhos administrativos e políticos do Estado e as instituições públicas tornam-se o quadro de acção dos notáveis. A *influência* viu-se institucionalizada, ou, melhor, como que estatizada, e o Estado autoritário feudalizou-se, confundindo-se com os interesses privados.

A impotência de Assis Gonçalves no Governo Civil de Vila Real, quando tudo girava à sua volta, para impor uma *política de realização*, depois do êxito da *política de controlo*, ilustra bem o destino do Estado Novo nas suas relações com a sociedade civil. Adoptou as velhas dominações políticas e sociais, embora sob formas mais centralizadas e autoritárias, e a partir daí viu-se confrontado com esses poderes, que instalara no Estado e os quais não podia dispensar, e com o bloqueio que eles representavam para qualquer programa de mudança. Através dos *influentes*, o regime contactava e controlava os campos e as vilas do país interior e comprometera-se por isso a não perturbar as estruturas sociais, económicas e culturais que permitiam essa mediação, isto é, as bases desses poderes periféricos.

Este tácito *contrato social* foi o começo e o fim do Estado Novo. O regime não foi capaz de assumir o risco da mudança – nem decerto nunca o quis.

cracia rural», e no clero católico. Simultaneamente, multiplicam-se as queixas contra as faltas de consideração do poder central pelos seus *influentes*, o que lhes saparia o *prestígio*. Apenas o presidente da Comissão Concelhia da UN de Idanha-a-Nova se mostra preocupado por a «influência dos grandes proprietários na população» ter vindo a diminuir. No Alentejo também se espera muito dos *influentes*, apesar de a *lavoura* andar descontente. É curioso o que diz o representante de Fafe em conclusão: «O jogo continua a ser todo de influências pessoais.»

Isto passava-se no país rural, de sul a norte. Mas nas zonas urbanizadas e industrializadas (Setúbal, Barreiro, Almada, Marinha Grande, Barcelos, Fafe, Famalicão, Covilhã, Lisboa, etc.) não havia nada a fazer: o operariado estava convertido pela propaganda comunista e a UN, ou não existia ou não tinha a mínima preponderância. O *revirinho* identificado é o das vilas e cidades, das classes médias urbanas – funcionários públicos (apesar de tudo), profissões liberais (médicos e advogados são a gente de prestígio da Oposição), professores (de liceu) e muitos comerciantes. Da «gente nova», a Situação também não esperava nenhuma boa vontade.

Dois países: o país rural, dominado pelo clero e pelos *influentes*, e o país urbano, industrializado e jovem, nitidamente desfavorável. Neste último, outra clivagem entre as massas trabalhadoras, que os dirigentes da Situação vão rotulando de comunistas, e a oposição tradicional, de quem se espera também que não alinhe com os vermelhos.

Finalmente, era sobretudo através do «arranjo» dos cadernos eleitorais que a Situação esperava passar o teste eleitoral. As prepotências do poder político eram o acréscimo que fazia um dos países pesar mais do que o outro. (Ver os relatórios em *Eleições no Regime Fascista*, Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, 1979, pp. 13-50.)

A miscelânea que é a Constituição de 1933 já foi várias vezes identificada como símbolo da ambiguidade do salazarismo. A lentidão e a tibieza com que se desenvolveu o oficial programa corporativo, ou a cautela que houve em não fomentar a sério qualquer movimento de massa de apoio, que poderia levar à radicalização, são sintomas de uma espécie de *malthusianismo fascista*, que não era tanto a falta de ousadia ou a austeridade do ditador, como antes a necessidade de pactuar com uma base de apoio que, de tão conservadora e tão tradicional, temia tudo o que fosse revolucionarismo, mesmo que claramente de direita extremíssima. Depois de 1935-36, decretos-leis de discriminação política nos empregos públicos e a estruturação do aparelho repressivo facilitaram à Situação o controlo e a anulação da oposição política e das consequências do descontentamento. Conseguiu-se o *óptimo de terror* de que fala Hermínio Martins⁷⁷. Mas a tirania de Salazar esteve longe de enveredar pela política de reformas arbitrárias ou de grandes transformações motorizadas pelo aparelho político que caracterizaram os sistemas totalitários⁷⁸. Preocupou-se, pelo contrário, com a manutenção de um *statu quo* sociopolítico cujo conteúdo de dominação de classe não convém escamotear se se quer realmente explicar alguma coisa do que foi o Estado Novo⁷⁹. O imobilismo era a chave do regime, e isso estava de alguma forma relacionado com o modo como ele se inscrevia no social.

Talvez esteja aqui o ponto de partida para começarmos a compreender porque esta parte da sociedade portuguesa que aqui visitámos – a do interior norte – se parece ter conformado durante tanto tempo à ditadura de Salazar. Talvez porque só lhe chegasse dessa ditadura um eco que quase se confundia, se bem que num contexto mais rígido e policiado, com os equilíbrios de poderes tradicionais. Monarquia constitucional, República, Estado Novo: as rupturas parecem nítidas sobretudo nas grandes cidades do litoral do País. Nos gabinetes dos ministérios, nos cafés, nas fábricas, nas rotundas e avenidas discute-se e vivem-se intensamente as mudanças. No interior, na província, representam às vezes não mais que ligeiras variantes numa terrível continuidade.

Azeitão, Maio de 1985.

⁷⁷ Cf. Hermínio Martins, «Portugal», in *O Fascismo na Europa*, cit., p. 458.

⁷⁸ Cf. Hannah Arendt, *O Sistema Totalitário*, Lisboa, D. Quixote, 1978, pp. 391 e segs. O próprio Salazar, numa explicação a António Ferro, perspectiva neste sentido as diferenças entre o Estado Novo e o fascismo italiano:

A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços nem obstáculos. [...] O Estado Novo português, ao contrário, não pode fugir, nem pensa fugir, a certas limitações de ordem moral que julga indispensável manter, como balizas, à sua acção reformadora [cf. António Ferro, *Salazar*, cit., pp. 113-114].

Onde está «limitações de ordem moral» ponha-se «limitações de ordem social», e vem a dar no que dissemos no texto. Salazar sabia até onde devia e podia ir. Três décadas de poder são a prova disso.

⁷⁹ Veja-se, nesse sentido, o que dizem Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, cit., pp. 177 e segs., e Mário Murteira, «O modelo português de subdesenvolvimento», in *Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e o Modelo Português*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1979, pp. 123-134 (v. especialmente pp. 129-130).